

DTCOM - DIRECT TO COMPANY S.A.

CNPJ/MF nº 03.303.999/0001-36 - Companhia Aberta
AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o Artigo nº 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Quatro Barras/PR, 28 de março de 2025.
Cristiane de Fatima Fialla - Diretora Adm., Financ e DRI.

PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL
(Licença Ambiental Prévia)

Graúna Transmissora de Energia S.A., CNPJ 41.972.185/0001-83 torna público que requereu ao Instituto Água e Terra (IAT), a Licença Prévia (LP) para o Seccionamento da Linha de Transmissão (LT) 525 kV Bateias – Ponta Grossa C1 na Subestação (SE) Curitiba Oeste, a se localizar no estado do Paraná, nos municípios de Lapa e Porto Amazonas. Foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

Leandro Marcos Magri
Diretor Técnico-Operacional

PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL
(Licença Ambiental Prévia)

Graúna Transmissora de Energia S.A., CNPJ 41.972.185/0001-83 torna público que requereu ao Instituto Água e Terra (IAT), a Licença Prévia (LP) para a Linha de Transmissão (LT) 525 kV Cascavel Oeste – Segredo – Abdon Batista 2, a se localizar nos estados do Paraná, nos municípios de Cândói, Cascavel, Catanduvas, Coronel Domingos Soares, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Guaraniaçu, Palmas, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, e em Santa Catarina, nos municípios de Água Doce, Arroio Trinta, Campos Novos, Ibiaré, Ibicaré, Salto Veloso, Tangará, Treze Tílias e Vargem. Foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

Leandro Marcos Magri
Diretor Técnico-Operacional

S. A. MOAGEIRA E AGRÍCOLA
RUA DA LIBERDADE, 207 - IRATI - PARANÁ
CNPJ - 78.143.146/0001-83

RELATÓRIO DA DIRETORIA

A Administração da S.A. Moageira e Agrícola, CNPJ: 78.143.146/0001-83, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024. A Empresa é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado tendo como objetivo social preponderante a industrialização do trigo em grãos. No exercício, foi registrado lucro líquido de R\$ 12.104 mil. Finalizando, agradecemos a confiança e o apoio dos Senhores Acionistas, bem como a dedicação e o empenho de todos, colocando-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - (em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	2024		2023		PASSIVO	Notas	2024		2023	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023		
CIRCULANTE		181.342	155.061	163.922	133.833	CIRCULANTE		163.922	133.833	163.922	133.833
Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 4-a	4.851	9.310	131.781	103.477	Instituições Financeiras	Nota 4-h	131.781	103.477	131.781	103.477
Contas a Receber de Clientes	Nota 4-b	40.356	35.684	26.773	28.565	Fornecedores	Nota 4-i	26.773	28.565	26.773	28.565
Tributos a Recuperar	Nota 4-c	32.927	25.767	1.155	1.202	Obrigações Trabalhistas e Sociais		1.155	1.202	1.155	1.202
Adiantamentos a Fornecedores	Nota 4-d	8.395	836	519	459	Obrigações Tributárias e Fiscais		519	459	519	459
Outros Créditos		700	4.815	3.498	-	Outras Contas a Pagar	Nota 4-j	3.498	-	3.498	-
Estoques	Nota 4-e	93.510	77.846	196	129	Adiantamento de Clientes		196	129	196	129
Despesas do Exercício Seguinte		603	803	26.053	15.125	Dividendos a Pagar	Nota 4-k	26.053	15.125	26.053	15.125
NÃO CIRCULANTE		99.479	78.767	11.849	14.498	NÃO CIRCULANTE		11.849	14.498	11.849	14.498
Tributos a Recuperar	Nota 4-c	827	909	12.480	12.480	Instituições Financeiras	Nota 4-h	12.480	12.480	12.480	12.480
Investimentos	Nota 4-f	44.879	24.179	1.724	627	Obrigações Trabalhistas e Sociais	Nota 4-j	1.724	627	1.724	627
Imobilizado e Intangível	Nota 4-g	53.773	53.679	90.846	84.870	Obrigações Tributárias e Fiscais		90.846	84.870	90.846	84.870
				12.000	12.000	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.000	12.000	12.000	12.000
				2.400	2.400	Capital Social	Nota-m	2.400	2.400	2.400	2.400
				76.446	70.470	Reserva Legal		76.446	70.470	76.446	70.470
				280.821	233.828	Reserva de Incentivos Fiscais	Nota 4-n	280.821	233.828	280.821	233.828
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de Reais)

Mutações	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Lucros à Disposição Assembleia	REAPRESENTADO	
					Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	12.000	2.400	59.825	12.626	12.626	12.626
Resultado do Exercício	-	-	-	12.626	(12.626)	12.626
Constituição da Reserva Incentivos Fiscais	-	-	12.626	(12.626)	-	-
Dividendos Propostos	-	-	(1.981)	-	(1.981)	(1.981)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	12.000	2.400	70.470	12.104	(5.976)	12.104
Resultado do Exercício	-	-	5.976	(6.128)	(6.128)	6.128
Constituição da Reserva Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	12.000	2.400	76.446	12.104	(6.128)	12.104

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - (em milhares de Reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL A Empresa é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, tendo como objetivo social preponderante a industrialização do trigo em grãos. **NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a NBC TG 26 (R5). **2.1 Demonstração do Resultado Abrangente - DRA** A Demonstração do Resultado Abrangente, exigida pela NBC TG 26 (R5), não está sendo apresentada no conjunto das Demonstrações Contábeis em virtude de não haver resultados abrangentes nos exercícios findos em 2024 e 2023. **2.2 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis** Estas Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** As Demonstrações Contábeis estão estruturadas de acordo com as normas contábeis de uso corrente e em conformidade com as disposições vigentes na legislação societária, onde aplicável, apresentando-se de forma comparativa com as do exercício anterior. As Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas de forma conjunta com as Demonstrações Contábeis de 2023, foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2024, levando em conta as seguintes e principais diretrizes: **a) Aplicação de Resultado** O resultado é apurado pelo regime de competência do exercício. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos, bem como os efeitos de ajustes de valores do Ativo para o valor de realização ou de mercado, quando aplicável, estão reconhecidos no resultado. **b) Ajustes para Atender Perdas Prováveis na Realização de Créditos** Foi constituída provisão para perdas prováveis de créditos de liquidação duvidosa de clientes em montante considerado suficiente, considerando suas operações realizadas e o perfil de seus clientes. **c) Estoques** Os estoques foram avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, não superando os de mercado. **d) Imobilizado** Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzida da depreciação acumulada calculada pelo método linear até a data do encerramento do balanço, tomando-se por base os dados contábeis registrados nas respectivas contas. A Companhia optou por não efetuar os ajustes correspondentes ao valor justo dos bens no exercício de 2024, bem como nos saldos apresentados em comparativo, em função de considerar irrelevantes os efeitos dos referidos ajustes. A estimativa mencionada foi obtida através de análise e estudo técnico, levando em consideração, no julgamento, as características e utilidades dos bens, o tempo de uso, e atividade operacional e dispositivos técnicos contidos na interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento - ITG 10, aprovada pela Resolução CFC nº 1.263/08 e na NBC TG 27 (R4), aprovada pela Resolução do CFC nº 1.177/09. **NOTA 04 - CONTAS RELEVANTES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** **a) Caixa e Equivalentes de Caixa** Caixa e Equivalentes de Caixa incluem numerários em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo, correspondentes ao ano de 2024 e 2023, compostos conforme segue:

Composição	Saldo em 2024	Saldo em 2023
Caixa	9	9
Bancos Conta Movimento	2.077	2.276
Aplicações Financeiras	2.765	7.033
Total	4.851	9.310

b) Contas a Receber de Clientes As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e estão assim demonstradas:

Composição	Saldo em 2024	Saldo em 2023
Contas a Receber de Clientes	41.912	35.781
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.556)	(97)
Sub Total	40.356	35.684

A provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para fazer frente aos referidos ajustes. A estimativa mencionada foi obtida através de análise e estudo técnico, levando em consideração, no julgamento, as características e utilidades dos bens, o tempo de uso, e atividade operacional e dispositivos técnicos contidos na interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento - ITG 10, aprovada pela Resolução CFC nº 1.263/08 e na NBC TG 27 (R4), aprovada pela Resolução do CFC nº 1.177/09.

c) Tributos a Recuperar Os Tributos a Recuperar correspondentes ao ano de 2024 e 2023 estão assim compostos:

Composição	Saldo em 2024		Saldo em 2023		Total
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	
Pis a Recuperar	1.447	118	1.568	1.723	1.842
Cofins a Recuperar	6.006	430	7.036	7.892	8.322
Crédito Tributário IRPJ	9.896	-	9.896	8.119	8.119
Crédito Tributário CSLL	4.922	-	4.922	4.282	4.282
ICMS a Recuperar	2.102	278	2.380	1.096	360
PIS/COFINS Ressarcimento	6.422	-	6.422	1.948	1.948
PERT Parcelamento (IRPJ) e CSLL	96	-	96	-	-
Outros Tributos a Recuperar	1.436	-	1.436	611	611
Total	32.927	826	33.753	25.767	309

d) Adiantamentos a Fornecedores Os Adiantamentos a Fornecedores correspondentes ao ano de 2024 e 2023 estão assim compostos:

Composição	Saldo em 2024	Saldo em 2023
Consignado Funcionários	24	13
Adiantamento a Fornecedores	157	8
Adiantamento a Produtores	7.870	693
Comerc Comércio de Energia Elétrica	214	122
André Machado	130	-
Total	8.395	836

e) Estoques Os estoques correspondentes ao ano de 2024 e 2023 estão assim compostos:

Composição	Saldo em 2024		Saldo em 2023	
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante
Matéria Prima	91.958	-	75.583	-
Produtos em Elaboração	1.168	-	2.340	-
Produtos Acabados	384	-	542	-
(-) Provisão para Perdas de Estoque	96	-	96	-
Total	93.510	-	80.461	-

f) Investimentos Os Investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e pelo custo de aquisição. Conforme determina o item nº 10 da NBC TG 18 (R3), os investimentos em Coligadas foram avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial, conforme demonstrado no quadro a seguir:

MEP - Equivalência Patrimonial	Patrimônio Líquido	% Participação da S.A. Moageira	Participação Societária
Moageira Irati Cereais S.A.	35.947	100,00%	35.947
Sacacereais Com. De Cereais Ltda	1.300	24,10%	314
Total	37.247		36.261

Adicionalmente, a Companhia possui outras participações em sociedades avaliadas pelo custo de aquisição. Desta forma, os Investimentos correspondentes ao ano de 2024 e 2023, estão assim compostos:

Composição	Saldo em 2024	Saldo em 2023
Moageira Irati Cereais S.A.	35.947	21.487
Indústria Moageira Nova Odessa S.A.	-	2.368
Sacacereais Com. de Cereais Ltda.	314	324
Outros Investimentos	8.618	-
Total	44.879	24.179

f.1) Compra e Venda de Ações de Investimento Em 27 de setembro de 2024, a S.A. Moageira e Agrícola realizou a compra de 17.381.325 ações da Empresa Viteira Agricultura Brasil S/A, anteriormente classificadas como investimento no Balanço Patrimonial. Em 26 de março de 2024, a S/A Moageira e Agrícola realizou a venda de 500 mil ações da Empresa Indústria Moageira Nova Odessa S.A., anteriormente classificadas como investimento no Balanço Patrimonial. Essas operações estão em conformidade com a estratégia de gestão de investimentos da Empresa e não impacta a continuidade das operações. Os efeitos dessas negociações foram devidamente registrados nas Demonstrações Contábeis, livros de ações e órgãos competentes, refletindo a atualização da posição patrimonial e os impactos no resultado do período. **g) Imobilizado e Intangível** O Imobilizado da Companhia em sua maioria está composto por máquinas e equipamentos, móveis, edificações e veículos, reconhecidos pelo custo de aquisição em suas datas, deduzido os valores correspondentes às suas respectivas depreciações, e está assim composto:

Composição	Custo de Aquisição	(-) Deprec. Amortiz. Acumulada	31/12/2024		31/12/2023	
			Valor Residual	Valor Residual	Valor Residual	Valor Residual
Terenos	2.719	-	2.719	1.159	-	-
Edificações	19.718	(2.419)	17.299	18.085	-	-
Máquinas e Equipamentos	43.298	(17.212)	26.086	28.154	-	-
Móveis e Utensílios	876	(594)	282	247	-	-
Equipamento de Informática	465	(328)	137	139	-	-
Instalações	538	(363)	175	209	-	-
Veículos	1.391	(619)	772	688	-	-
Instalações Elétricas	1.830	(965)	865	1.000	-	-
Bens Reavaliados	3.491	(2.894)	597	912	-	-
Reforestamento	13	-	13	13	-	-
Leasing - Equipos de Inf. e Periféricos	128	(46)	82	108	-	-
Imobilizações em Andamento	4.723	-	4.723	1.955	-	-
Intangível	17	(14)	3	1	-	-
Total	79.227	(25.540)	53.773	53.679	-	-

h) Instituições Financeiras - Os saldos estão compostos por empréstimos nas modalidades FGPI, FINEP e FINAME junto às Instituições Financeiras, estando classificados no circulante os valores exigíveis no exercício social seguinte e demais valores classificados como não circulante. Os Empréstimos e financiamentos por Instituições Financeiras, correspondentes ao ano de 2024 e 2023, estão assim compostos:

Composição	Saldo em 2024		Saldo em 2023	
	Saldo em 2024	Saldo em 2023	Saldo em 2024	Saldo em 2023
Instituição Financeira Circulante				
Banco do Brasil S/A.	33.500	28.922	-	-
Banco Itaú S/A.	20.236	13	-	-
Banco Safra S/A.	636	3.065	-	-
Banco Santander S/A.	44.946	39.002	-	-
Banco Sicob S/A.	5.512	11.204	-	-
Caixa Econômica Federal	1.052	3.770	-	-
Banco ABC do Brasil S/A.	5.013	-	-	-
Banco Sicredi S/A.	5.101	-	-	-
Banco Sispreme do Brasil S/A.	2.628	3.611	-	-
Banco Bocom BBM S/A.	43	6.143	-	-
Arrendamento - Leasing	4.633	12.398	-	-
Banco Bradesco S/A.	131.781	103.477	-	-
Sub Total	131.781	103.477		
Não Circulante				
Banco do Brasil S/A.	7.885	11.031	-	-
Banco ABC do Brasil S/A.	2.104	-	-	-
Banco Safra S/A.	901	-	-	-
Banco Bradesco S/A.	1.481	-	-	-
Banco Sicob S/A.	1.854	-	-	-
Arrendamento - Leasing	6	50	-	-
Banco Santander S/A.	1.035	-	-	-
Sub Total	11.849	14.498		
Total	143.630	117.975		

i) Fornecedores Os Fornecedores, correspondentes ao ano de 2024

Documento final gerado em 31/03/2025 07:15:16

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>
Identificador de validação: 57d972cdb3879cd0d316f094795fc94ea344dec53ad877ec7e2e0dd1db63be25



Assinatura

Assinado em: 31/03/2025 07:15:30

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 40300bb4840a2eea4b1941e2148f2933



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.118.239, 172.31.23.184	-25.4278167,-49.2385438	Curitiba	82530-230	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 134.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



AMBIENTAL PARANÁ		AMBIENTAL PARANÁ 2 SPE S.A.	
CNPJ: 57.864.574/0001-25		CNPJ: 57.864.574/0001-25	
Demonstrações Financeiras - Período findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)			
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras correspondentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024. Paraná, 31/03/2025. A Diretoria			
Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)			
Ativo	2024	Passivo	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7.247	Patrimônio líquido	
Total do ativo circulante	7.247	Capital social	7.247
Total do ativo	7.247	Total do patrimônio líquido	7.247
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Demonstração do Fluxo de Caixa	
Período findo em 21 de outubro à 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)		Período findo em 21 de outubro à 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)	
	Capital social	Total	
Saldos em 21 de outubro de 2024 (data da constituição)			2024
Aumento de capital social	7.247	7.247	Fluxo de caixa de atividades de financiamento
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.247	7.247	Aumento de capital social
			7.247
			Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento
			7.247
			Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa
			7.247
			Caixa e equivalentes de caixa em 21 de outubro
			-
			Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro
			7.247
			Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa
			7.247
Notas Explicativas			
Contexto operacional: A Ambiental Paraná 2 SPE S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de Londrina, Paraná, constituída em 21 de outubro de 2024. A Companhia tem por objeto social a prestação dos serviços de esgotamento sanitário nos municípios da microrregião centro-leste atendidos pela Sanepar no Lote 01. Sob o regime de concessão, com parceria público. Conforme estipulado no Contrato de parceria público-privada nº 61671 - Edital de concorrência Internacional nº 01/2024 firmado com a SANEPAR. Base de preparação: As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). Políticas contábeis materiais: Instrumentos financeiros.			
Diretoria		Contador	
Bruna Buldrini Filogonio Silva - Diretora Presidente		Leandro Marin Ramos da Silva - Diretor Executivo	
		Marcelo Bogas - CRC - SP - 253488/O-2	

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa **equipe**

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais

Documento final gerado em 31/03/2025 07:16:47

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: e4da37225ed011b908b014e09fb5ade65300779b136437aa297bfaba5e1071f1



Assinatura

Assinado em: 31/03/2025 07:16:57

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: d46f71ff54ba9174a08982bd6b9c211e



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.118.239, 172.31.23.184	-25.4278167,-49.2385438	Curitiba	82530-230	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 134.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.





Fospar S.A. CNPJ/MF nº 76.204.130/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Fospar S.A.

Com capacidade de produção de 500 mil toneladas de superfosfato simples por ano, a Fospar S.A. ("Companhia" ou "Fospar") está localizada em Paranaguá (PR). A Companhia possui um moderno terminal portuário que contribui para as importações do agronegócio e é especializado no recebimento de fertilizantes a granel.

Controlada pela Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. ("Mosaic Fertilizantes") e tendo como sócia a Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda. ("Fertipar"), a Fospar iniciou suas operações em 1974 e atualmente conta com cerca de 256 funcionários. Possui ainda dois armazéns com capacidade total para 105 mil toneladas de produtos por ano e um pátio de estacionamento para mais de 100 caminhões.

Juntas, Mosaic Fertilizantes e Fospar investem continuamente na região, fazendo com que o terminal e as unidades de produção contem com os mais avançados recursos tecnológicos. As empresas têm profissionais capacitados e dedicados, que atuam em um ambiente de trabalho que zela pela segurança e respeita o meio ambiente.

Comprometidas com o crescimento e o fortalecimento das relações comerciais, Mosaic Fertilizantes e Fospar investiram em um projeto inovador de expansão do terminal portuário nos últimos anos.

Em 2023, a Fospar ampliou as estruturas dos berços externo e interno do seu terminal, que passaram de 12,3 para 13,1 metros e de 10,5 para 11 metros para manobras diurnas, respectivamente. Com esse investimento, passa a receber navios com até 80 mil toneladas de capacidade.

Ética

O relacionamento da Fospar com seus públicos de contato - entre eles fornecedores, funcionários, clientes, comunidades, jornalistas, acionistas, prestadores de serviços, órgãos públicos, instituições acadêmicas e concorrência - é regido pelas práticas de conduta e pelo código de ética de sua controladora, a Mosaic Fertilizantes. Os princípios sustentados no código refletem valores como honestidade, integridade e respeito na condução dos negócios.

Atividades Portuárias

Em um único mês, de 8 a 10 navios passam pela Fospar. As embarcações transportam, em média, 50 mil toneladas de fertilizantes e levam de três a cinco dias para descarregar. O terminal da Companhia iniciou suas operações em 2001, possui um robusto pier com dois berços de atracação de navios que podem funcionar simultaneamente e é capaz de

receber navios até o porte Panamax, com comprimento de até 260 metros, além de contar com um moderno sistema logístico-operacional que permite um fácil e otimizado planejamento de carregamento de cargas.

Desempenho ambiental, social e governança (ESG)

A Fospar tem o compromisso de preservar o meio ambiente e trabalhar para assegurar a saúde e a segurança de funcionários, contratados, clientes e comunidades.

A responsabilidade social faz parte da maneira de atuar da Fospar e da Mosaic Fertilizantes. As operações das duas empresas geram oportunidades de desenvolvimento local em Paranaguá. Assim, empresas e comunidade atuam juntas, vencendo desafios e promovendo um crescimento sustentável e compartilhado por todos.

A Fospar possui um sistema de gestão em saúde, segurança e meio ambiente, bem como qualidade dos produtos expedidos. Este sistema é auditado anualmente para garantir a evolução no principais pilares e requisitos de todas as partes interessadas.

Qualidade

A Fospar busca a satisfação dos clientes, adotando práticas de melhoria contínua em seus processos e valorizando os funcionários na produção de fertilizantes e na prestação de serviços portuários.

A Companhia possui, também, uma política da qualidade própria, que atende os requisitos legais e do cliente, e conta com os procedimentos estabelecidos no sistema de gestão da qualidade.

A economia e o mercado

Agronegócio

O agronegócio continua tendo importante participação na economia brasileira, apesar de ter apresentado uma queda na participação do PIB de 2023 para 2024. Atitudes importantes do setor como o CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) acreditam que em 2024 o agronegócio deve representar 22% do PIB brasileiro, ligeiramente abaixo do PIB de 2023 (24%). O desempenho do agronegócio em 2024 foi afetado pela queda de preços das commodities. Além de situações climáticas adversas, como seca em alguns estados e queimadas, principalmente na cana-de-açúcar. Pesquisadores do Cepea indicam que o ramo pecuário conseguiu atenuar parte desse impacto negativo, impulsionado pelo bom desempenho dos segmentos agroindustriais, de agrosserviços e de insumos.

Liderada pela soja, a produção nacional de grãos vem crescendo a taxas elevadas nos últimos anos, de acordo com os registros da Conab, saímos de 260 milhões na safra 2021/2022 para uma expectativa de produção de 322 milhões de toneladas na safra 2024/2025.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, as exportações brasileiras do agronegócio alcançaram US\$ 152,63 bilhões até novembro, crescimento de 4% em relação ao mesmo período de 2023. De acordo com o ministério da Agricultura e Pecuária esse volume representa 48,9% do total das exportações brasileiras no período. Este foi o segundo melhor desempenho já registrado na série histórica. Uma vez que o volume exportado compensa parcialmente a redução no índice de preços internacionais.

Os principais setores responsáveis por esse desempenho foram o complexo soja (US\$ 52,19 bilhões) que segue sendo o destaque, mesmo com uma queda de quase 19% frente ao ano anterior. Carnes (US\$ 23,93 bilhões) e o complexo sucroalcooleiro (US\$ 18,27 bilhões), juntos responderam por mais de 60% do total exportado. Carnes e açúcar registraram crescimentos significativos, impulsionados por recordes de embarques e diversificação de mercados.

Fertilizantes

O mercado brasileiro em 2024 é estimado pela Mosaic Fertilizantes em 45,9 milhões de toneladas de fertilizantes, contra 45,8 milhões de toneladas em 2023. Ou seja, um mercado praticamente estável dando continuidade à retomada do consumo de fertilizantes. O ano foi marcado por uma queda nos preços das commodities, mas com um apetite maior por parte dos produtores em alguns mercados que apresentam demanda maior, como milho, por exemplo.

Perspectivas

Para as entregas em 2025, a expectativa é de um leve aumento em relação ao ano anterior, em um momento desafiador para o setor em termos climáticos, mas com boas expectativas de aumento do uso de tecnologia. A safra conta com grandes desafios em um ano de La Niña, o excesso de chuvas no centro-oeste pode dificultar um pouco os calendários de plantio e colheita, mas, de uma maneira geral, a perspectiva para o país é de uma boa safra e, consequentemente, de bons investimentos por parte dos produtores. Grande parte das consultorias acreditam também em uma retomada dos investimentos em 2025, sustentando um cenário de entregas de fertilizantes de cerca de 46 a 47 milhões de toneladas.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)			
	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	24	225.350	196.685
Custos dos serviços prestados	25	(182.660)	(192.968)
Lucro bruto		42.690	3.717
Despesas administrativas e gerais	25	(3.078)	(2.750)
Outras receitas operacionais	26	1.206	1.397
Outras despesas operacionais	26	(17.169)	(10.062)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		23.649	(7.698)
Receitas financeiras	27	4.380	3.976
Despesas financeiras	27	(26.058)	(24.081)
Despesas financeiras líquidas		(21.678)	(20.105)
Resultado antes dos impostos		1.971	(27.803)
Imposto de renda			
Corrente	12	(1.856)	-
Diferido	12	-	(1.945)
Lucro (prejuízo) do exercício		115	(29.748)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)			
	2024	2023	
Lucro (prejuízo) do exercício	115	(29.748)	
Resultado abrangente	115	(29.748)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)			
	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) do exercício		115	(29.748)
Ajuste por:			
Depreciação	14	31.147	28.138
Depreciação de ativos de direito de uso	20	3.470	4.306
Custo residual de ativos imobilizados baixados	14	1.106	414
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	12	-	1.945
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	12	1.856	-
Provisão para perdas em estoques	10	22	614
Variações monetárias e juros	17 e 20	25.378	24.064
Provisão para contingências	18	(503)	4.638
Provisão de dano ambiental	19	16.763	-
Provisões trabalhistas		924	(1.380)
Provisões perdas tributárias	11	578	4.688
Variações em:			
Contas a receber		10.903	(5.419)
Estoques		(604)	186
Impostos a recuperar		2.407	1.708
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		487	(1.340)
Depósitos judiciais		(336)	(271)
Outros ativos		(306)	343
Fornecedores		(5.543)	(94)
Outras contas a pagar		4.173	(1.624)
Adiantamentos de clientes		8.716	622
Pagamento de contingências	18.a	(3.707)	(15)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		97.046	31.775
Juros pagos	17 e 20	(31.790)	(14.480)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.853)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		63.403	17.295
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições do ativo imobilizado		(11.671)	(33.517)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(11.671)	(33.517)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamentos de passivos de arrendamento	20	(3.396)	(4.147)
Debêntures e mútuos tomados	17	69.113	-
Pagamentos de debêntures e mútuos	17	(70.369)	-
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos		(4.652)	(4.147)
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		47.080	(20.369)
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		2.647	23.016
No fim do exercício		49.727	2.647
Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa		47.080	(20.369)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). (i) **Reconhecimento e mensuração inicial:** A Companhia classificou e mensurou os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: • **Custo amortizado** - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. • **Ativos financeiros a VJR** - Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado. No exercício de 2024 e 2023, a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado "VJR", os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia

continua →

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)			
	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	49.727	2.647
Contas a receber de clientes	9	2.861	13.764
Estoques	10	9.383	9.009
Impostos a recuperar	11	1.313	1.936
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		379	472
Outros créditos		2.084	1.778
Total do ativo circulante		65.747	29.606
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Estoques	10	6.032	5.824
Impostos a recuperar	11	23.735	26.097
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		5.646	6.040
Depósitos judiciais	18	2.592	2.256
Total do realizável a longo prazo		38.005	40.217
Ativos de direito de uso	20	10.494	12.300
Imobilizado	14	378.775	395.359
Total do ativo não circulante		427.274	447.876
Total do ativo		493.021	477.482
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Passivo			
Circulante			
Debêntures e mútuos	17	74.116	62.746
Passivos de arrendamento	20	1.621	2.864
Fornecedores	15	24.313	25.856
Adiantamentos de clientes	16	11.203	2.487
Impostos e contribuições a recolher		4.177	3.344
Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.327	-
Provisão para férias e comissões a pagar		3.127	3.056
Provisão ambiental	19	2.533	-
Provisão gratificações a empregados		1.989	1.136
Outras contas a pagar		5.837	3.805
Total do passivo circulante		130.243	105.294
Não circulante			
Debêntures e mútuos	17	122.763	141.801
Passivos de arrendamento	20	10.611	11.100
Provisão para contingências	18	10.058	14.267
Provisão ambiental	19	14.230	-
Outras contas a pagar		30	49
Total do passivo não circulante		157.692	167.217
Capital social	22a	209.468	209.468
Reserva de reavaliação	22b	5.852	5.852
Prejuízos acumulados		(10.234)	(10.349)
Total do patrimônio líquido		205.086	204.971
Total do passivo e patrimônio líquido		493.021	477.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

	Reserva de lucros				Lucros/Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva de reavaliação	Legal	Para expansão		
Saldos em 1º de janeiro de 2023	209.468	5.852	11.540	7.859	-	234.719
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(29.748)	(29.748)
Transferência entre reservas	-	-	(11.540)	(7.859)	19.399	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	209.468	5.852	-	-	(10.349)	204.971
Lucro do exercício	-	-	-	-	115	115
Saldos em 31 de dezembro de 2024	209.468	5.852	-	-	(10.234)	205.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fospar S.A. ("Fospar" ou "Companhia"), localizada na Rua Carlos Fonseca de Araujo, 375, Paranaguá - PR, tem por objeto social a manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privativo, utilizada na movimentação e/ou armazenagem de carga própria ou de terceiros destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, e demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de instalação portuária de uso privativo misto, inclusive a execução de operação portuária, na área de porto organizado, nos termos da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993 (a armazenagem referida neste item não se enquadra ao Decreto nº 1.102/93). A fabricação, o comércio, a importação e exportação de fertilizantes e suas matérias-primas, suplementos minerais para alimentação animal, correativos do solo e produtos correlatos; a representação de outras sociedades nacionais e estrangeiras; a participação em outras sociedades, como sócia acionista ou quotista; a prestação de serviço de análise físico-química de fertilizantes; e prestação de serviços por conta própria ou de terceiros, bem como assistência especializada, comercial, industrial e serviços decorrentes de importação/exportação a outras sociedades nacionais e estrangeiras. Em 16 de novembro de 2016, o contrato de arrendamento portuário da Fospar foi renovado automaticamente por mais 25 anos, permitindo assim a atuação da Cia no terminal até 2048.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 28 de Março de 2025. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa: **• Nota explicativa 11** - mensuração de perda de crédito esperada para impostos a recuperar (CMS); principal premissa na determinação da taxa de perda. **• Nota explicativa 12** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **• Nota explicativa 16** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **b. Mensuração a valor justo:** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada em informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação conforme detalhado na seguinte nota explicativa: **• Nota explicativa 27** - hierarquia de valor justo e classificação contábil.



Hash validação: 6f69485b487ecda4b3619314858018419cd36afa2933cce0716d7107529f997b, em acordo com MP 2.200-2/01



Fospar S.A. CNPJ/MF nº 76.204.130/0001-08



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. (ii) *Mensuração subsequente*: • **Custo amortizado** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem recursos vinculados e contas a receber de clientes. • **Ativos financeiros a VJR** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Adicionalmente, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2024 e 2023. **Passivos financeiros - Classificação, Mensuração subsequente e ganhos e perdas**: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não teve nenhum passivo financeiro classificado ao valor justo pelo resultado em 2024 e 2023. (iii) *Desreconhecimento*: **Ativos financeiros**: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não relê o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros**: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **c. Estoques**: Tratam-se principalmente de estoques de almoxarifado mensurados pelo valor de custo. A metodologia de custeio dos estoques é baseada no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los à sua localização e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. Para itens sem previsão de movimentação ao prazo superior a um ano, é realizada reclassificação contábil para o ativo não circulante. **d. Imobilizado**: (i) *Reconhecimento e mensuração*: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. (ii) *Custos subsequentes*: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposito por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. (iii) *Depreciação*: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis do exercício corrente e comparativo, estão descritas na nota explicativa 14.d. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados prospectivamente caso seja apropriado. **e. Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros não-derivativos**: Um ativo financeiro não-derivativo mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data do balanço para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparelamento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. (ii) *Ativos não financeiros*: Imobilizado e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências que levam a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável e, quando aplicável, são reconhecidas no resultado. **f. Passivos circulantes e não circulantes**: São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **g. Planos de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários: (i) Planos de contribuição definida**: As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. (ii) *Plano de benefício definido*: A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. O cálculo é realizado anualmente por um atuariado qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado prestado pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre. (iii) *Outros benefícios de longo prazo a empregados*: A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período. **h. Imposto de renda e contribuição social**: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. (i) *Imposto corrente*: O imposto corrente é o imposto

a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. (ii) *Imposto diferido*: O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. **i. Provisões**: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso seja exigido para liquidar a obrigação. **j. Arrendamentos: (i) Ativos de direito de uso**: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente a condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base e do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. (ii) *Passivo de arrendamento*: O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. (iii) *Arrendamentos de ativos de baixo valor*: A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **k. Receita operacional**: As receitas de vendas compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquido dos impostos incidentes, das deduções, dos abatimentos e dos descontos. No processo de prestação de serviços de industrialização a Companhia firma contrato determinando entre outras condições o preço e obrigações de desempenho. A matéria-prima base para o serviço de industrialização pertence aos clientes. Uma vez finalizado o serviço de industrialização e estando o produto pronto para despacho a Companhia emite as notas fiscais e reconhece a respectiva receita. Assim como no processo de industrialização, nos serviços de desativação a Companhia firma contrato determinando entre outras condições o preço e obrigações de desempenho. A Companhia emite as notas fiscais e concomitantemente reconhece a receita com base no manifesto de carga tão logo o navio é atracado. Navios atracados ao final do mês a Companhia monitora o serviço de desativação e reconhece a receita somente do material efetivamente descarregado. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função do cumprimento da obrigação de performance. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização. **l. Receitas financeiras e despesas financeiras**: As receitas financeiras compreendem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre mútuos e debêntures. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

7. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES VIGENTES E NÃO VIGENTES
Novas normas e interpretações adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2024: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024: • **Passivo não circulantes com covenants e Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26_R1)**: As alterações esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo é classificado como circulante ou não circulante e introduzem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o fim do período de relatório. Não houve impactos significativos da adoção da referida alteração normativa para o exercício de 31 de dezembro de 2024. • **Acordos de financiamentos de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26_R1 e CPC 40)**: As alterações introduzem novas divulgações para ajudar os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e risco de liquidez de uma entidade. Com relação às novas divulgações de risco sacado, vide nota explicativa n° 27 para maiores detalhes. **a. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**: Adicionalmente, as normas e interpretações novas e alteradas já emitidas, mas não em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão descritas a seguir. A Companhia não adotou essas normas antecipadamente na preparação destas demonstrações financeiras: • **Ausência de convertibilidade - Alterações ao CPC 02_R2**. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. • **Classificação e mensuração de instrumentos financeiros - Alterações ao CPC 48 e CPC 40**. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2026. Não espera-se que as alterações nas normas contábeis mencionadas apresentem impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e saldo em bancos	726	159
Aplicações financeiras	49.001	2.488
	49.727	2.647

As aplicações financeiras de curto prazo possuem alta liquidez. Elas são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos referenciados em DI e certificados de depósitos bancários, remunerados à taxa ao redor de 86,7% do CDI em 2024 (97,0% do CDI em 2023), tendo como contraparte bancos de primeira linha, com liquidez imediata.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Nota	2024	2023
Mercado interno		203	465
Partes relacionadas	13	2.658	13.299
		2.861	13.764

As contas a receber são registradas no balanço pelo valor nominal dos títulos e deduzidas pela provisão para perdas esperadas, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento. O prazo médio de recebimento é de 30 dias. A expectativa é de recebimento no curtíssimo prazo. Na data de apresentação das demonstrações financeiras, a Companhia possui constituída perdas estimadas de créditos, referente a um único cliente classificado no longo prazo, cujo valor contábil é de R\$ 260 (R\$ 260 em 31 de dezembro de 2023) e que encontra-se totalmente provisionado.

10. ESTOQUES

	2024	2023
Circulante		
Almoxarifado	9.383	9.009
Não circulante		
Almoxarifado (i)	6.032	5.824
(i) No ano de 2024, a Companhia apresenta provisão para perda sobre o estoque de peças de almoxarifado que possuem baixo giro, no montante de R\$ 636 (R\$ 614 no ano de 2023). Esse valor encontra-se alocado dentro da rubrica de Almoxarifado, registrado no Ativo não circulante. O estoque da Companhia é formado por materiais de almoxarifado que são utilizados na manutenção dos equipamentos utilizados em suas prestações de serviços. Adicionalmente, a Companhia possui em seu poder os estoques a granel de fertilizantes, os quais são recebidos e industrializados e, posteriormente, devolvidos. A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2024, R\$ 19.115 (R\$ 34.455 em 31 de dezembro de 2023) de estoques de terceiros em seu poder. Estes estoques não são registrados no balanço da Companhia.		

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2024	2023
Circulante		
PIS e COFINS não-cumulativos (i)	1.313	1.936
	1.313	1.936
Não circulante		
ICMS	38.857	37.412
Provisão para deságio na realização dos créditos de ICMS	(19.845)	(19.267)
PIS e COFINS não-cumulativos (i)	4.723	7.952
	23.735	26.097

(i) Créditos de PIS e COFINS registrados são decorrentes de operações de aquisição de ativo imobilizado e insumos. Os montantes reconhecidos no não circulante são decorrentes somente de operações de aquisição de ativo imobilizado. A movimentação da provisão para perdas com deságio de ICMS está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	(19.267)	(14.579)
Constituição de provisão no exercício	(1.458)	(600)
Constituição de provisão adicional (i)	-	(4.303)
Reversão de provisão no exercício	880	215
Saldo no fim do exercício	(19.845)	(19.267)

(i) Provisão constituída visando ajustar o valor de impostos a recuperar - ICMS ao seu valor de realização. A Companhia está estruturando operações para propiciar a realização do crédito tributário de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), bem como mantém um comitê interno, cuja atribuição é reunir-se periodicamente com o objetivo de prover sugestões de operações para redução desses créditos. Após notificação de glosa do Fisco Estadual no ano de 2023, para créditos cujo fato gerador é anterior aos últimos 5 (cinco) anos e não ser mais possível a sua habilitação para utilização no Siscred, a Companhia, fundamentada nas práticas atuais do mercado, atualizou a alíquota aplicada sobre os montantes superiores a 5 anos em 100%. Para os demais prazos, a Companhia continua aplicando a alíquota de 40% como estimativa de deságio.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. A Administração considera que o imposto diferido decorrente de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final dos eventos que os dão origem. O imposto de renda e contribuição social diferidos tem a seguinte origem:

	Ativos	Passivos	Líquido		
	2024	2023	2024	2023	
Prejuízo fiscal a compensar	1.472	4.057	-	1.472	4.057
Provisões para contingências	7.940	2.788	-	7.940	2.788
Outras provisões	10.578	11.197	-	10.578	11.197
Receita diferida	-	-	(80)	-	(80)
Juros capitalizados	-	-	(5.440)	(5.695)	(5.695)
Ajuste decorrentes da Lei 11.638 (i)	-	-	(14.550)	(12.267)	(14.550)
	19.990	18.042	(19.990)	(18.042)	-

(i) Referente ao ajuste derivado da diferença entre a vida útil dos ativos imobilizados e a taxa fiscal de depreciação dos ativos, conforme CPC 27. **Ativos fiscais diferidos não reconhecidos**: Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios:

	Valor	Efeito Tributário	2024	Valor	Efeito Tributário	2023
Prejuízo fiscal a compensar	39.303	13.363	33.862	39.303	13.363	33.862
	39.303	13.363	33.862	39.303	13.363	33.862

Valores reconhecidos no resultado do exercício: A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social, nominal e efetiva pode ser demonstrada como segue:

	2024	2023
Lucro (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	1.971	(27.803)
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pelas alíquotas fiscais vigentes	(670)	9.453
Adições permanentes:		
Despesas não dedutíveis	15	(10)
Exclusões permanentes:		
Imposto de renda e contribuição social sobre atualização de créditos tributários. (i)	672	125
Imposto diferido não reconhecido sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias (ii)	(1.850)	(11.513)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(1.833)	(1.945)
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(1.856)	-
Diferido	-	(1.945)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(1.856)	(1.945)
Alíquota efetiva	94%	(7)%

(i) Crédito referente decisão da inconstitucionalidade da incidência de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre valores referente à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. (ii) A Administração, com base nos resultados da Companhia nos três últimos anos, não espera que seja realizado todo o prejuízo fiscal acumulado na compensação de imposto de renda no curto e médio prazos, sendo assim, em 31 de dezembro de 2024 não foi constituído imposto de renda e contribuição social diferidos para os quais não existe perspectiva de realização.

13. PARTES RELACIONADAS

A Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. é controladora direta da Companhia com 62,05% de participação no Capital Social (vide Nota explicativa 22a), sendo a controladora final da Companhia a *The Mosaic Company*. Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Transações/Resultado valor da transação				Ativo		Passivo	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda.								
Clientes	-	-	987	10.782	-	-	-	-
Mútuo (iv)	-	-	-	-	-	-	28.812	-
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	359	140
Adiantamento de clientes (ii)	-	-	-	-	-	-	4	-
Receitas brutas de serviços (i)	131.487	127.862	-	-	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas (iii)	(1.226)	(1.226)	-	-	-	-	-	-
Despesas financeiras	(2.042)	-	-	-	-	-	-	-
Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda.								
Clientes	-	-	1.671	2.517	-	-	-	-
Mútuo (iv)	-	-	-	-	-	-	17.622	-
Adiantamento de clientes (ii)	-	-	-	-	-	-	4.520	239
Receitas brutas de serviços (i)	74.664	61.667	-	-	-	-	-	-
Despesas financeiras	(1.250)	-	-	-	-	-	-	-
Mosaic Fertilizantes Limited.								
Despesas financeiras	-	(6)	-	-	-	-	-	-
Mosaic Fertilizantes P&K.								
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	11	-
Receitas brutas de serviços (i)	-	250	-	-	-	-	-	-
Totais consolidados								
Clientes	-	-	2.658	13.299	-	-	-	-
Mútuo (iv)	-	-	-	-	-	-	46.434	-
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	359	151
Adiantamento de clientes (ii)	-	-	-	-	-	-	4.524	239
Receitas brutas de serviços (i)	206.151	189.779	-	-	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas (iii)	(1.226)	(1.226)	-	-	-	-	-	-
Despesas financeiras	(3.292)	(6)	-	-	-	-	-	-

continua★</



Fospar S.A. CNPJ/MF nº 76.204.130/0001-08



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

(i) As receitas de serviços com partes relacionadas referem-se a serviços de industrialização (Mosaic Fertilizantes do Brasil e Fertipar) e serviços de desestiva para todas as empresas. As receitas brutas de serviços da Companhia com seus acionistas Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. e Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda. representam 70% do total do exercício de 2024 (71% em 2023). Adicionalmente, o percentual de receitas oriundas de partes relacionadas em 2024 representam 70% das receitas totais da Companhia (71% em 2023). (ii) A Companhia não efetuou a compensação dos saldos com o saldo de contas a receber, por tratar-se de notas fiscais distintas. (iii) A Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. efetua a prestação de alguns serviços administrativos e que posteriormente são rateados para a Fospar. (iv) A Companhia captou recursos através de mútuo para pagamento das debêntures (vide nota explicativa nº 17). **a. Remuneração do pessoal-chave da administração:** A Companhia obteve serviços de pessoal-chave da administração que estão registrados na sua controladora Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. e na parte relacionada Mosaic Fertilizantes P&K Ltda. A Companhia recebe os custos do pessoal-chave através de rateios, vide nota explicativa 13 (iii).

14. IMOBILIZADO

a. Composição do ativo imobilizado:

	2024		2023	
	Custo	Depreciação Líquido	Custo	Depreciação Líquido
Terrenos	6.391	-	6.391	6.391
Edificações e benfeitorias	323.965	(106.896)	217.069	228.922
Equipamentos e instalações	283.158	(147.672)	135.486	151.090
Computadores e periféricos	12.799	(7.200)	5.599	5.972
Móveis e utensílios	1.357	(620)	737	752
Obras e instalações em andamento	13.494	-	13.494	2.232
Total	641.164	(262.388)	378.776	395.359

b. Movimentação do custo do ativo imobilizado:

	Saldo em 01/01/2024		Adições		Baixas		Transfe-rências		Saldo em 31/12/2024	
	Custo	Depreciação	Custo	Depreciação	Custo	Depreciação	Custo	Depreciação	Custo	Depreciação
Terrenos	6.391	-	-	-	-	-	-	-	6.391	-
Edificações e benfeitorias	321.708	(411)	2.668	(1.000)	-	-	-	-	323.965	(1.411)
Equipamentos e instalações	284.015	(1.600)	743	(283.158)	-	-	-	-	284.015	(1.600)
Computadores e periféricos	12.165	879	(245)	-	-	-	-	-	12.799	879
Veículos	24	(24)	-	-	-	-	-	-	24	(24)
Móveis e utensílios	1.281	86	(10)	-	-	-	-	-	1.357	86
Obras e instalações em andamento	2.232	-	(32)	(3.411)	-	-	-	-	13.494	(2.232)
Total	627.816	(232.457)	38.999	(2.322)	(43)	(62.061)	-	-	641.164	(262.388)

O montante de R\$ 4.000 (R\$ 5.482 em 2023) faz parte das adições do ano de 2024, entretanto ainda encontram-se em aberto em "Fornecedores". Este montante, para fins de fluxo de caixa, foi ajustado em "Aquisições de Imobilizado".

c. Movimentação da depreciação do ativo imobilizado:

	Saldo em 01/01/2024		Adições		Baixas		Transfe-rências		Saldo em 31/12/2024	
	Depreciação	Depreciação	Depreciação	Depreciação	Depreciação	Depreciação	Depreciação	Depreciação	Depreciação	Depreciação
Edificações e benfeitorias	(92.786)	(14.123)	13	(106.896)	-	-	-	-	13	(106.896)
Equipamentos e instalações	(132.925)	(15.671)	924	(147.672)	-	-	-	-	924	(147.672)
Computadores e periféricos	(6.193)	(1.252)	245	(7.200)	-	-	-	-	245	(7.200)
Veículos	(24)	-	24	-	-	-	-	-	24	-
Móveis e utensílios	(529)	(101)	10	(620)	-	-	-	-	10	(620)
Obras e instalações em andamento	2.232	(31.147)	1.216	(262.388)	-	-	-	-	1.216	(262.388)
Total	(204.748)	(28.138)	429	(232.457)	-	-	-	-	429	(232.457)

d. Vida útil estimada do ativo imobilizado: As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, para o ano de 2024 e 2023, são as seguintes:

	2024	2023
Edificações e benfeitorias	10 a 33 anos	10 a 33 anos
Equipamentos e instalações	17 anos	17 anos
Computadores e periféricos	11 anos	11 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Móveis e utensílios	9 anos	9 anos

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

15. FORNECEDORES

	Nota	2024	2023
Mercado interno		23.954	25.705
Partes relacionadas	13	359	151
		24.313	25.856

A Companhia possui contratos firmados com agentes financeiros para estruturar com seus principais fornecedores a operação denominada FinanFor, no montante de R\$ 4.285 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.027 em 31 de dezembro de 2023). Nessas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para os agentes financeiros, que, por sua vez, passará a ser credor da operação. Essa operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de mercadorias, através de agentes financeiros, a Companhia demonstra esta operação na rubrica de Fornecedores. Os pagamentos ao banco são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece. Ou seja, pagamentos pela compra de bens e serviços. Os principais bancos, *aging* e montantes referentes a operação: Informações adicionais sobre as contas a pagar comerciais da Companhia são fornecidas na tabela abaixo:

	2024	2023
Valor contábil dos passivos financeiros		
Apresentado em fornecedores	4.285	3.027
- dos quais fornecedores receberam pagamento do banco	(4.285)	(3.027)
Intervalo de datas de vencimento de pagamento		
Contas a pagar comerciais sujeitas a acordo de financiamento com fornecedor (dias após a data da fatura)	30-90	30-60
Contas a pagar comerciais comparáveis (dias após a data da fatura)	30-90	30-60

16. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Nota	2024	2023
Adiantamento de clientes terceiros		6.679	2.248
Adiantamento de partes relacionadas	13	4.524	239
		11.203	2.487

17. DEBÊNTURES E MÚTUOS

Modalidade de aquisição de ativo fixo/investimentos	Venci-mento	Encargos financeiros	2024		2023	
			Circu-lante	Não Circu-lante	Circu-lante	Não Circu-lante
Debêntures	2026	IPCA + 74,116 6,53% a.a.	76.329	62.746	141.801	141.801

Outras obrigações:

Mútuo - Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda.	2034	Selic	-	28.812	-	-
Mútuo - Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda.	2034	Selic	-	17.622	-	-
			74.116	122.763	62.746	141.801

Os mútuos e debêntures classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

Ano	R\$
2026	76.329
2034	46.434
Total	122.763

Movimentação da dívida

	Debêntures	Mútuo	Total da Dívida
Dívida em 1º de janeiro de 2024	204.547	-	204.547
Captação de mútuo	-	69.113	69.113
Pagamento de principal	(45.369)	(25.000)	(70.369)
Apropriação de juros	20.101	3.292	23.393
Pagamento de juros	(29.398)	(971)	(30.369)
Apropriação do custo da transação	564	-	564
Dívida em 31 de dezembro de 2024	150.445	46.434	196.879

Movimentação da dívida

	Debêntures	Mútuo	Total da Dívida
Dívida em 1º de janeiro de 2023	194.963	-	194.963
Apropriação de juros	21.898	-	21.898
Pagamento de juros	(12.942)	-	(12.942)
Custo de transação	628	-	628
Dívida em 31 de dezembro de 2023	204.547	-	204.547

a. Debêntures: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as debêntures apresentam a seguinte posição:

Espécie	Títulos em circulação (mil)	Encargos financeiros anuais	2024		2023	
			2024	2023	2024	2023
Debêntures ao valor nominal R\$ 1,00	151.232	IPCA + 6,53% a.a.	150.889	205.556	-	-
Custo da transação	-	-	(444)	(1.009)	-	-
			150.445	204.547	-	-

Em 15 de maio de 2018 a Companhia constituiu sua primeira emissão de debêntures no valor de R\$ 151.232, conforme "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Fospar S.A.". O agente fiduciário nomeado nesta escritura de emissão foi Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Como fiadoras e principais pagadoras em conjunto com a Companhia na proporção da composição acionária e sem qualquer solidariedade entre si foram nomeadas Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. e Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda. Foram emitidas 151.231.539 debêntures com valor nominal unitário de R\$1,00 (um real), e terão prazo de oito anos a contar da data da emissão (15 de maio de 2018), vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2026. O valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em três parcelas anuais e sucessivas, sendo: a primeira parcela, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo tal parcela atualizada pela Atualização Monetária, devida em 15 de maio de 2024; a segunda parcela, no valor correspondente a trinta e cinco por cento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo tal parcela atualizada pela Atualização Monetária, devida em 15 de maio de 2025; e a terceira parcela, no valor correspondente a trinta e cinco por cento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo tal parcela atualizada pela Atualização Monetária, devida em 15 de maio de 2026.

Cláusula de covenant: Anualmente a Companhia deverá apurar o índice financeiro definido no contrato de debêntures (Dívida Financeira / (Dívida Financeira + Patrimônio Líquido), que deve ser igual ou inferior a 65% (sessenta e cinco por cento), pois sua não observância constitui evento de inadimplimento que pode acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das debêntures. Com base nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024 a Companhia está atendendo aos índices determinados no contrato. **b. Mútuo:** O contrato de mútuo vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir da data de assinatura, e em 10 de maio de 2024, podendo ser rescindido a qualquer tempo. O valor do principal e juros serão liquidados quando do vencimento do contrato.

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, suportada pelos seus assessores jurídicos, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2024	2023
Provisões trabalhistas	9.455	10.504
Provisões cíveis	603	2.895
Provisões tributárias	-	868
Total	10.058	14.267

a. Movimentação das contingências:

	2023		Reversão		Transfe-rência		2024	
	Provisão	Adição	Pagamentos	de provisão	rência	Provisão	Provisão	Provisão
Não circulante								
Trabalhistas	10.504	3.204	(1.005)	(3.248)	-	-	9.455	10.504
Cíveis	2.895	429	(2.702)	(19)	-	-	603	2.895
Tributárias	868	-	-	(868)	-	-	-	868
Total não circulante	14.267	3.633	(3.707)	(4.135)	-	-	10.058	14.267
	2022							2023
Circulante								
Trabalhistas	1.105	-	-	-	(1.105)	-	-	-
Cíveis	19	-	-	-	(19)	-	-	-
Total circulante	1.124	-	-	-	(1.124)	-	-	-

(i) A Administração reavaliou as provisões de contingências registradas no curto prazo e identificou que não existem expectativas para a realização das mesmas nos próximos 12 (doze) meses. Sendo assim, realizou-se a reclassificação dos valores para o longo prazo.

Provisões para contingências trabalhistas: Existem outros processos trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia como sendo de risco possível, no montante aproximado de R\$ 9.840 em 2024 (R\$ 8.451 em 2023), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. A Companhia também possui o montante aproximado de R\$ 52.506 em 2024 (R\$ 45.834 em 2023) referente a processos cíveis classificados com risco possível. **Provisões para contingências cíveis:** Os dois principais processos avaliados como risco possível na esfera cível referem-se a ações de um único fornecedor, pleiteando obrigação de não fazer, visando reestabelecimento de contrato rescindido unilateralmente pela Companhia, ou, subsidiariamente, indenizações pela rescisão, no montante de R\$ 51.363 atualizado em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 44.007 em 2023). Esses processos encontram-se em fase inicial. **Provisões para contingências tributárias:** A Companhia possui o montante aproximado de R\$ 18.644 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 17.803 em 2023) referente a processos tributários classificados com risco possível. O principal processo tributário avaliado como sendo de risco possível refere-se a glosa de créditos de PIS/COFINS, créditos apropriados em razão da aquisição de bens e serviços essenciais à atividade da Companhia, no montante de R\$ 14.342 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 13.506 em 2023). **a.1 Depósitos Judiciais:** Adicionalmente às provisões, existem depósitos judiciais que em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 totalizam R\$ 2.592 e R\$ 2.256, respectivamente. Os depósitos judiciais são, a princípio, garantias às provisões de contingências exigidas judicialmente e ficam registrados no ativo não circulante da Fospar até que aconteça a decisão judicial de resgate desses depósitos pelo reclamante, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia.

19. PROVISÃO DE DANO AMBIENTAL

A Companhia possui medidas de revestimento na área do Terminal, com o objetivo de eliminar fontes ativas de contaminação do solo e de águas subterrâneas. A Administração considera que o valor é suficiente para cobrir tais custos.

	2024	2023
Ambientais	16.763	-
Total	16.763	-

a. Movimentação da provisão de danos ambientais:

	2023		Reversão		Transfe-rência		2024	
	Provisão	Adição	Pagamentos	de provisão	rência	Provisão	Provisão	Provisão
Circulante								
Ambientais	-	2.533	-	-	-	-	-	2.533
Total circulante	-	2.533	-	-	-	-	-	2.533
Não circulante								
Ambientais	-	14.230	-	-	-	-	-	14.230
Total não circulante	-	14.230	-	-	-	-	-	14.230

20. ATIVOS DE DIREITO DE USO

A Companhia efetua o arrendamento de alguns bens, principalmente o contrato de arrendamento portuário, que possuem prazos remanescentes de 1 ano a 23 anos, alguns dos quais incluem opções para estender o arrendamento.

Movimentação do direito de uso de ativos de arrendamento:

	Saldo em 01/01/2024	Remen-surações	Adi-ções	Baixas	Amorti-zação	Saldo em 31/12/2024
Contrato de Concessão	8.461	-	-	-	(349)	8.112
Embarcações	1.885	-	119	-	(985)	1.019
Equipamentos e instalações	1.220	18	1.571	-	(1.706)	1.103
Computadores e periféricos	733	(46)	3	-	(430)	260
Veículos	2	(2)	-	-	-	-
Edificações e benfeitorias	(1)	1	-	-	-	-
Total - Ativos de direito de uso	12.3					



Fospar S.A. CNPJ/MF nº 76.204.130/0001-08



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	88.894	136.456
Custos dos segmentos	(85.150)	(79.379)
Lucro bruto	3.744	57.077
Despesas administrativas e gerais	(1.753)	(1.325)
Outras receitas operacionais (i)	476	730
Outras despesas operacionais (i)	(6.772)	(10.397)
Resultado operacional do segmento	4.305	59.101
Depreciação e amortização	(12.929)	(18.218)
Receitas financeiras	-	-
Despesas financeiras	-	(26.058)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	1.971
Imposto de renda - corrente	-	(1.856)
Resultado do exercício	-	115

O somatório das rubricas "Depreciação e amortização" e "Custos dos segmentos" equivale ao total da linha "Custos dos serviços prestados", da DRE.

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	73.517	123.168
Custos dos segmentos	(85.451)	(79.379)
Lucro bruto	11.934	43.789
Despesas administrativas e gerais	(1.674)	(1.076)
Outras receitas operacionais (i)	699	696
Outras despesas operacionais (i)	(5.254)	(4.806)
Resultado operacional do segmento	18.163	38.603
Depreciação e amortização	(10.380)	(17.758)
Receitas financeiras	-	3.976
Despesas financeiras	-	(24.081)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	-	(27.803)
Imposto de renda - corrente	-	-
Imposto de renda - diferido	-	(1.945)
Resultado do exercício	-	(29.748)

(i) Devido a dificuldade de apropriação direta entre "serviços de industrialização" e "serviços de desativa" os valores foram apropriados proporcionalmente a receita líquida. O somatório dos ativos totais dos segmentos de Serviços de industrialização e Serviços de desativa, é de R\$ 493.021 (R\$ 477.482 em 31 de dezembro de 2023), e dos passivos totais é de R\$ 287.935 (R\$ 272.511 em 31 de dezembro de 2023).

24. RECEITA OPERACIONAL

	2024	2023
Prestação de serviços de desativa	191.711	185.511
Prestação de serviços de industrialização	100.705	81.316
Impostos sobre vendas	(37.000)	(34.234)
Taxas portuárias (i)	(30.066)	(35.908)
	225.350	196.685

(i) Refere-se basicamente a taxas Inframar e Infraportos devidas à Associação dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA e taxa de utilização do Órgão Gestor de Mão de Obra - OGMO.

25. CUSTO E DESPESA POR NATUREZA

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	2024	2023
Despesas com manutenções e suprimentos	(53.427)	(58.568)
Despesas com pessoal	(41.886)	(39.903)
Depreciação	(28.147)	(28.147)
Despesas com prestação de serviços	(31.212)	(39.094)
Energia elétrica e água	(16.466)	(16.317)
Aluguéis	(4.846)	(3.539)
Depreciação de ativo de direito de uso	(3.470)	(4.306)
Outras despesas	(3.284)	(5.853)
	(185.738)	(195.718)

Classificados como:

Custos dos serviços prestados	(182.660)	(192.968)
Administrativas e gerais	(3.078)	(2.750)
	(185.738)	(195.718)

31 de dezembro de 2024

Em milhares de Reais

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor Contábil Total	Valor justo Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Aplicações financeiras	8	49.001	-	-	49.001	49.001
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Contas a receber de clientes	9	-	2.861	-	2.861	2.861
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	726	-	726	726
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Debêntures	17	-	-	150.445	150.445	155.807
Fornecedores	15	-	-	46.434	46.434	75.317
				24.313	24.313	24.313
				Valor Contábil	Valor justo	Total
31 de dezembro de 2023						
Em milhares de Reais						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Aplicações financeiras	8	2.488	-	-	2.488	2.488
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Contas a receber de clientes	9	-	13.764	-	13.764	13.764
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	159	-	159	159
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Debêntures	17	-	-	204.547	204.547	204.547
Fornecedores	15	-	-	25.856	25.856	25.856

Composição da Diretoria

Eduardo de Souza Monteiro Diretor Superintendente	Jorge Sebastian Villegas Diretor	Emerson Araken Martin Teixeira Diretor	João Roberto Galhardo Diretor	Rafael Carlo Finardi Diretor
---	--	--	---	--

Contadora

Ana Paula Castanho Bagaio CRC ISP254867/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Fospar S.A. - Paranaguá - PR. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Fospar S.A. (Companhia) que compõem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Fospar S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de Receitas:** Veja a Nota 6k e 24 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** A Companhia reconhece receita de prestação de serviços, principalmente de industrialização de fertilizantes e serviços de movimentação portuária de mercadorias. A receita de prestação de serviços é reconhecida quando for satisfeita a obrigação de performance, ou seja, no momento da prestação do serviço de industrialização e estando o produto pronto para despacho ou quando o material for efetivamente descarregado. O reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, é assunto de suma importância para o entendimento por parte dos usuários previstos das demonstrações financeiras. Em função disso, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento em que o serviço é prestado, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Para uma amostra de transações de serviços prestados para empresas terceiras, inspecionamos nota fiscal que evidencia a ocorrência da transação de prestação de serviço, a liquidação financeira e a documentação de medição do serviço; (ii) Para as transações de serviços prestados para empresas do mesmo grupo, realizamos confirmação dos saldos na data base do exercício corrente; (iii) Para as prestações de serviço reconhecidas no

último mês do exercício, efetuamos o cálculo do ajuste de corte de serviços prestados, de forma independente, que contempla a inspeção da medição do serviço prestado; (iv) Utilizamos ainda as divulgações nas demonstrações financeiras consideramos as informações relevantes. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes materiais que afetavam a mensuração das receitas reconhecidas, os quais não foram registrados pela Administração. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de receitas da Companhia, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

b. Gerenciamento dos riscos financeiros: Visão geral: A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de mercado. • Risco de liquidez. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. **a. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. **Exposição a risco de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	8	49.727
Contas a receber de clientes	9	2.861
		52.588

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, 70% (71% em 2023) da receita de serviços prestados da Companhia referem-se a transações com seus acionistas. Para as demais empresas, para mitigar possíveis riscos em suas vendas a prazo, são efetuadas análises quantitativas e qualitativas de avaliação de solvência, bem como, são respeitados procedimentos internos com níveis de aprovações, suportados por uma Política de Crédito Corporativa devidamente aprovada pela diretoria da Companhia. Do total de contas a receber de clientes, 93% refere-se a operações com os acionistas (97% em 2023). As políticas de venda da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a sua capacidade de pagamento (análise de crédito). **Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 49.727 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.647 em 2023), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. Todos os recursos da Companhia encontram-se aplicados junto a bancos e instituições financeiras de primeira linha, cujos limites de exposição são revisados periodicamente e o risco de crédito destas instituições financeiras variam, conforme os ratings publicados pela Standard & Poor's em nível global "short-term" na data-base destas demonstrações financeiras, entre A-1 e A-2. **b. Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Para evitar a ocorrência dos riscos operacionais tais como: prejuízos diretos ou indiretos associados a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura, a administração busca a eficácia de custos e mantém procedimentos de controle. **c. Risco de liquidez:** É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira. A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos registrados, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

Fluxos de caixas contratuais

Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
----------------	-----------------	----------------------	-------------------------	---------------------

31 de dezembro de 2024

Debêntures	150.445	165.499	83.356	82.143	-	-
Mútuos	46.434	121.184	-	-	-	121.184
Fornecedores	24.313	24.313	24.313	-	-	-

31 de dezembro de 2023

Debêntures	204.547	235.595	73.316	82.164	80.115	-
Fornecedores	25.856	25.856	25.856	-	-	-

Certas operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco de taxa de câmbio, decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de peças sobressalentes e serviços profissionais. Durante o exercício de 2024 a Companhia transacionou operações em dólares americanos, entretanto nos encerramentos dos exercícios em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía nenhuma exposição em moeda estrangeira em aberto. **d. Sensibilidade de Juros:** Considerando a atual exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros, em especial ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fator ao qual está indexada as debêntures, e a SELIC, fator ao qual está indexado o mútuo. Em ambos os casos um eventual decréscimo da taxa em relação ao projetado para os próximos exercícios ocasionaria à Companhia um efeito favorável. A análise considera os passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2024 indexados às taxas pós-fixadas e projeta as despesas financeiras calculadas sobre esse saldo, utilizando a curva futura de juros em 31 de dezembro de 2024 nos vencimentos dessas operações. Uma alteração de 100 pontos bases no IPCA e na SELIC, nas taxas esperadas para os próximos períodos, ocasionariam os seguintes impactos no resultado da Companhia:

	100 pb aumento	100 pb redução
31 de dezembro de 2024		
Debêntures	1.342	(1.340)
Mútuos	10.573	(9.809)
31 de dezembro de 2023		
Debêntures	3.158	(3.393)

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2025

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Fernanda A. Tessari da Silva
Contador - CRC SP-252905/O-2

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 31/03/2025 20:48:13

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 6f69485b487ecda4b3619314858018419cd36afa2933cce0716d7107529f997b



Assinatura

Assinado em: 31/03/2025 20:48:20

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 32a1aedc71a0d787ebf1b119394a8b19



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.118.239, 172.31.41.184	-25.4278167,-49.2385438	Curitiba	82530-230	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 134.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 - Rua João Bettega, 830 - Portão - Curitiba - PR

Relatório da Administração – 2º Semestre e exercício de 2024

Senhores Acionistas, Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos a apreciação de V.S.s., os documentos relativos às demonstrações financeiras da Negresco S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financieira"), bem como as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes, relativos ao segundo semestre e exercício de 2024. **Cenário Econômico** No ano de 2024, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 4,83%, sendo que a meta estabelecida pelo Banco Central foi de 3% para o ano de 2024. A taxa básica de juros (Selic), que iniciou o ano em 11,75%, está em 12,25%. Segundo a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Pecic), apurada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), de dezembro de 2024, 68,2% das famílias relataram ter dívidas (vendidas ou a vencer), sendo que 19,95% das famílias estão com contas em atraso e 8,9% declararam que não terão condições de pagar. Para 2024, a pesquisa FOCUS (Banco Central) aponta que a inflação deverá ficar próxima a 5,08%, a taxa SELIC em 15% e

o PIB com crescimento de 2,04%. A Financeira continuará atenta ao mercado e com sua política tradicional de conservação da sua rede e segmento de atuação, crescimento sólido e sustentado, consciência e responsabilidade social, além da busca constante por resultados positivos. **Política Operacional** A Financeira vem mantendo o foco de atuação voltado para o crédito direto ao consumidor e ao empréstimo pessoal, operações próprias e inerentes às sociedades de crédito e financiamento, que lhes são permitidas na forma e limites legais, em parceria com seus correspondentes no país. **Avaliação dos Resultados e Patrimônio líquido** A Financeira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apurou lucro de R\$ 39.6 milhões contra R\$ 23,6 milhões no mesmo período de 2023 e o patrimônio líquido encerrou o exercício totalizando R\$ 106,6 milhões. **Política de reinvestimento e distribuição de dividendos** Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos ori-

gatórios e, conforme política de distribuição de dividendos, o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro. Em 1º de fevereiro de 2024, foram pagos R\$ 17 milhões referente ao saldo do lucro apurado no ano de 2023 e em 16 de dezembro de 2024 foram pagos R\$ 5,4 milhões referente aos juros sobre o patrimônio líquido do exercício de 2024. **Estrutura de Financiamento de Risco e de Capital** Em março de 2019, a Financeira fez a opção pela utilização da metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PR_S), conforme as Resoluções nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, emitidas pelo Conselho Nacional de Controle de Recursos Financeiros. Os documentos de gerenciamento de riscos aprovados, no início de 2018, estão sendo continuamente avaliados pelos gestores das áreas, pela Segunda Linha de Defesa e pela Auditoria Interna e, quando necessários, atualizados. Informações mais detalhadas estão na nota explicativa nº 26 e no endereço eletrônico <http://www.credpar.com.br/>

sileno@numeros.aspx. Auditoria Independente A Financeira possui processo para a contratação da Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de seus trabalhos. Os honorários dos serviços de auditoria independente relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 montam R\$ 271. **Considerações Finais** Por fim, cumpre-nos destacar que no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias das atividades da Financeira, é compromisso da Administração, assegurar que as operações da Financeira sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos. Finalizando, agradecemos a dedicação, o empenho e comprometimento de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade. Curitiba, 24 de março de 2025. **A Administração**

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais-R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	4	808	378
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		304.807	260.997
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	38.774	53.172
Operações de crédito - setor privado	7	324.177	292.092
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(58.144)	(54.867)
Outros ativos	6	2.726	2.221
Créditos tributários	8	11.209	7.077
Garantias judiciais	16	992	700
Impostos e contribuições a compensar	5	198	198
Imobilizado	9	1.612	258
Imobilizado em uso		8.442	6.868
Depreciação acumulada		(6.830)	(6.608)
Intangível	10	480	13
Licenças e direitos		1.208	672
Amortização acumulada		(728)	(659)
TOTAL DO ATIVO		322.833	271.842
PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Valores financiados a repassar	11	3.610	2.100
Contas a pagar	12	2.191	1.853
Obrigações societárias	19	4.509	518
Oscilações e previdenciárias	13	17.468	3.741
Outros passivos		15	29
Provisões - outras	14	2.251	2.185
Depósitos e demais instrumentos financeiros	17	181.176	163.736
Participação no resultado (empregados)	15	1.598	1.470
Provisões para contingências trabalhistas e civis	18	3.568	2.851
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	106.658	93.459
Capital de domiciliados no País		54.359	54.359
Reserva legal		10.640	8.660
Reserva especial de lucros		41.659	30.440
TOTAL DO PASSIVO		322.833	271.842

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - Para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2024		2023	
		2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		132.946	249.553	213.654	213.654
Operações de crédito	7.c	105.233	204.748	185.385	185.385
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	7.d.1	24.995	39.862	35.269	35.269
Recargas de aplicações interfinanceiras	4	2.718	4.943	3.289	3.289
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(20.500)	(36.642)	(30.669)	(30.669)
Operações de captação no mercado	17.a.2	(11.353)	(22.212)	(22.683)	(22.683)
Descontos concedidos nas operações de crédito	7.d.1	(9.147)	(14.430)	(7.986)	(7.986)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		112.446	212.911	183.985	183.985
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		3.035	6.170	6.124	6.124
Receita de prestação de serviços	20	2.996	5.708	5.708	5.708
Lucro na venda de operações de crédito	7.d.1	0	12	26	26
Outras receitas operacionais		139	452	295	295
PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS		(41.689)	(78.746)	(71.965)	(71.965)
Despesas com pessoal	21	(14.970)	(28.477)	(25.665)	(25.665)
Despesas administrativas	22	(21.472)	(40.236)	(37.365)	(37.365)
Despesas tributárias	23	(4.901)	(9.531)	(8.533)	(8.533)
Outras despesas operacionais		(946)	(502)	(402)	(402)
DESPESAS COM PROVISÕES		(40.592)	(79.063)	(81.851)	(81.851)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.d.1	(40.648)	(78.728)	(81.468)	(81.468)
Provisão para contingências trabalhistas	16.b	(73)	165	(61)	(61)
Provisão para contingências civis	16.b	(148)	(571)	(170)	(170)
Outras provisões		353	68	(152)	(152)
RESULTADO OPERACIONAL		33.278	61.268	35.214	35.214
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		0	(6)	(1)	(1)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		33.278	61.262	35.213	35.213
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24	(10.481)	(21.658)	(11.647)	(11.647)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(13.710)	(25.800)	(10.721)	(10.721)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.229	4.132	(926)	(926)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		22.797	39.593	23.566	23.566
Quantidade de ações no fim do período		54.359.021	54.359.021	54.359.021	54.359.021
Lucro por lote de mil ações de capital no fim do período		419,34	726,36	433,53	433,53

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

	2024		2023	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Lucro líquido do período	22.795	39.593	23.566	23.566
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	22.795	39.593	23.566	23.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS SEMESTRES E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	2º Semestre	Exercício	Exercício
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido ajustado do período	73.402	140.977	117.970
Lucro líquido do período	33.276	61.261	35.213
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO			
Depreciações e amortizações	241	295	177
Provisão para perdas esperadas em operações de crédito	40.648	78.728	81.468
Apropriação da despesa antecipada	68	206	409
Provisão para passivos contingentes	299	555	551
Provisão (reversão) - outras	(1.130)	(68)	152
VARIAÇÕES EM ATIVOS E PASSIVOS			
(Aumento) redução em instrumentos financeiros - operações de crédito	(16.003)	(117.536)	(101.672)
(Aumento) redução em outros ativos	(1.608)	(731)	(513)
(Aumento) redução em garantias judiciais	38	(292)	106
(Aumento) redução em impostos e contribuições a compensar	-	(1)	656
Aumento (redução) em valores financiados a repassar	1.913	1.510	623
Aumento (redução) em contas a pagar	(1.158)	538	(114)
Aumento (redução) em fiscais e previdenciárias	368	222	(524)
Aumento (redução) em passivos diversos	(20)	(14)	15
Aumento (redução) em recursos de aceites cambiais	3.474	17.440	25.823
Aumento (redução) em participações no resultado (funcionários)	822	129	40
Aumento (redução) em provisões trabalhistas (férias e 13º salário)	415	154	216
Aumento (redução) em contingências	(79)	(150)	(321)
CSLL e IRPJ pagos no período	(5.681)	(12.295)	(8.758)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) / GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(4.217)	29.951	33.547
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Adições) ao ativo imobilizado	(48)	(2.116)	(66)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(48)	(2.116)	(66)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de dividendos	-	(17.014)	(5.063)
Pagamento de juros sobre a capital próprio	(5.389)	(5.389)	(5.374)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(5.389)	(22.403)	(10.437)
(REDUÇÃO) / AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA	(9.654)	5.432	23.044
Caixa e equivalentes a caixa no início do período	49.236	34.150	11.106
Caixa e equivalentes a caixa no fim do período	39.582	39.582	34.150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital realizado	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		54.359	7.482	19.007	-	80.848
Lucro líquido do exercício		-	-	-	23.566	23.566
Destinações		-	1.178	-	(1.178)	-
Constituição de Reserva Legal	19.b	-	-	-	(5.063)	(5.063)
Distribuição de dividendos		-	-	-	16.496	16.496
Constituição de Reserva de Lucros		-	-	-	(5.374)	(5.374)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	19.c	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		54.359	8.660	30.440	-	93.459
Mutações do exercício		-	1.178	11.433	-	12.611
Saldo em 31 de dezembro de 2023		54.359	8.660	30.440	-	93.459
Lucro líquido do exercício		-	-	-	39.593	39.593
Destinações		-	1.980	-	(1.980)	-
Constituição de Reserva Legal	19.b	-	-	-	(16.496)	(16.496)
Distribuição de dividendos		-	-	-	27.715	27.715
Constituição de Reserva de Lucros		-	-	-	(5.389)	(5.389)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	19.c	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		54.359	10.640	41.659	-	106.658
Mutações do exercício		-	1.980	11.219	-	13.199
Saldo em 30 de junho de 2024		54.359	9.500	13.944	-	77.803
Lucro líquido do semestre		-	-	-	15.958	15.958
Destinações		-	-	-	22.795	22.795
Constituição de Reserva Legal	19.b	-	-	-	(1.140)	(1.140)
Distribuição de dividendos		-	-	-	(4.509)	(4.509)
Constituição de Reserva de Lucros		-	-	-	(27.715)	(27.715)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	19.c	-	-	-	(5.389)	(5.389)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		54.359	10.640	41.659	-	106.658
Mutações do semestre		-	1.140	27.715	-	28.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional A Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financieira"), companhia fechada, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 6 de abril de 2001. A sede da Financeira fica na Rua João Bettega, 830, bairro Portão - Curitiba - PR. O presidente da companhia é o Sr. Orlando Otto Kaesemodel Filho e, também, o acionista majoritário. As atividades operacionais tiveram início em 5 de julho de 2001 e compreendem operações de Crédito, Financiamento e Investimentos. Atualmente as operações da Financeira são voltadas à realização de financiamentos de Créditos Direto ao Consumidor - CDC para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro e empréstimos pessoais. **2 Apresentação das demonstrações financeiras** A base de preparação As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. Em 24 de março de 2025, as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e a divulgação foi autorizada a partir dessa data. **3 Moeda funcional** A moeda funcional da Financeira é o Real, o qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Estimativas contábeis** A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas com operações de crédito, imposto diferido ativo e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as pressupostos periodicamente. **5 Resumo das principais práticas contábeis** As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são: **a. Apuração do resultado** As receitas e as despesas foram reconhecidas pelo regime de competência. **b. Ativos e passivos** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. **c. Caixa e equivalentes a caixa** Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/2020 e CPC nº 03 (R2) - Demonstração de Fluxos de Caixa, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem convertibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **d. Instrumentos financeiros** Aplicações interfinanceiras de liquidez registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **Operações de crédito** Estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério pro-rata dia. As operações de crédito são avaliadas pela Administração quanto ao nível de risco, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação no nível de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas físicas e jurídicas, características estas da Carteira Comercial. Depósitos e demais instrumentos financeiros. As operações com taxas preferenciais são registradas pelo valor de resgate e as receitas e as despesas correspondentes a períodos futuros são necessárias em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pré-fixadas estão atualizadas até a data do balanço. **e. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito** A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi constituída nos termos das Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00. Em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente para operações superiores a R\$ 50 mil. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99. As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo, a menos que não tenham ainda 180 dias de atraso, e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos. As operações de crédito controladas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) são classificadas inicialmente no mínimo em "A" conforme critérios da Resolução CMN nº 2.697/00. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. **f. Ativo imobilizado** Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais:

de 20,00% para instalações, 10

créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

Table with 2 columns: 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Expectativa de Realização, Custos, Depreciação, Saldo, etc.

O valor presente do crédito tributário em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 9.465 (R\$ 6.430 em 31 de dezembro de 2023), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada de 13,06% (15,65% em 31 de dezembro de 2023) ao ano para os períodos correspondentes. Créditos tributários não registrados A Financeira não possui créditos tributários não registrados em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023. 9 Imobilizado de uso

Table with 2 columns: 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Custos, Depreciação, Saldo, Instalações, Móveis e Equipamentos, etc.

Movimentações do imobilizado em uso:

Table with 2 columns: 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Saldo inicial, Aquisição, Baixa, Depreciação, Saldo final.

10 Intangível

Table with 2 columns: 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Custos, Depreciação, Saldo, Licenças e direitos, etc.

Movimentações do intangível:

Table with 2 columns: 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Saldo inicial, Aquisição, Amortização, Saldo final.

11 Valores financiados a repassar São valores financiados e efetivados nos últimos dias do exercício que serão repassados aos lotistas nos primeiros dias de janeiro, no montante de R\$ 3.610 (R\$ 2.100 em 31 de dezembro de 2023). 12 Contas a pagar Referem-se a serviços prestados por lojistas, assessorias de cobrança, auditoria e outras contas a pagar.

Table with 2 columns: 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Serviços prestados a pagar, Contas a pagar, Outros, Total.

Table with 2 columns: 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Montante a ser realizado em até 12 meses, Total.

13 Fiscais e previdenciárias

Table with 2 columns: 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Contribuição social, Imposto de renda pessoa jurídica, COFINS, Imposto de renda retido na fonte e outras retenções, INSS, FGTS, PIS, Outras, Total.

Table with 2 columns: 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Montante a ser realizado em até 12 meses, Total.

14 Provisões - outras

Table with 2 columns: 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Provisão para férias, Provisão para despesas, Total.

15 Participação no resultado (empregados) Pela convenção sindical da categoria, vigente até 31/12/2025, será devida a participação nos lucros e resultados (PLR) aos empregados em efetiva atividade no final do exercício e, também, para os empregados desligados a partir de 02 de maio, desde que a admissão tenha ocorrido em exercício anterior. O valor do PLR é de 90% do salário, acrescido do valor fixo de R\$ 3.792,41 e limitado ao teto de R\$ 18.098,98. Após a apuração do teto, será acrescida uma parcela adicional de R\$ 758,48. Estarão isentos do pagamento do PLR as financeiras que apurarem prejuízo no final do exercício. O pagamento será em duas parcelas, um adiantamento de R\$ 2.275,45 para cada empregado até o dia 20 de setembro e o saldo deverá ser quitado até o dia 02 de março do ano seguinte. 16 Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais A Financeira é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para riscos cíveis e trabalhistas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similitude com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável ou quando constitui uma obrigação legal. Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foram constituídos em montante considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas e referem-se a ações cíveis indenizatórias e ações trabalhistas. a. Saldos patrimoniais das provisões para riscos e obrigações legais por natureza

Table with 4 columns: 31/12/2024, Provisões, 31/12/2023, Depósito Judicial. Rows include Contingências cíveis, Contingências trabalhistas, Total.

Estima-se um prazo de até 3 (três) anos para a exigibilidade total das ações cíveis e trabalhistas. b. Movimento dos passivos contingentes

Table with 4 columns: 31/12/2024, Cíveis, Trabalhistas, Total. Rows include Saldo inicial em 31 de dezembro de 2023, Adições / atualizações monetárias, Reversão, Pagamento, Saldo final em 31 de dezembro de 2024, Saldo inicial em 31 de dezembro de 2023, Adições / atualizações monetárias, Reversão, Pagamento, Saldo final em 31 de dezembro de 2023.

c. Processos fiscais classificados como passíveis A Financeira é parte em 191 processos cíveis (146 em 31 de dezembro de 2023) classificados como risco de perda possível pela Administração e seus assessores jurídicos no montante de R\$ 1.616 (R\$ 1.246 em 31 de dezembro de 2023). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a serem classificadas como

possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras. Os referidos processos físicos referem-se a reclamações de clientes quanto a parcelas pagas e não baixadas, a taxas de juros aplicadas e contratos não existentes. d. Processos trabalhistas classificados como passíveis A Financeira é parte em 3 processos trabalhistas (5 em 31 de dezembro de 2023) classificados como risco de perda possível pelos assessores jurídicos da Financeira com valores de causa no montante de R\$ 89 (R\$ 114 em 31 de dezembro de 2023). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a estarem classificados como passíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras. e. Processos fiscais classificados como passíveis A Financeira, sucessora por incorporação da Credi Paraná Serviços Financeiros Ltda., é parte em auto de infração movido pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, sobre enquadramento de serviços prestados nos códigos 01.03 e 10.09 cujas alíquotas são de 3% e 2%, respectivamente. A Prefeitura Municipal de Ponta Grossa elaborou auto de infração com objetivo de cobrar todo o ISS pela alíquota de 5%. O montante do auto de infração atualizado é de R\$ 163 (R\$ 157 em 31 de dezembro de 2023). A Receita Federal não acolheu as razões apresentadas na manifestação de inconformidade apresentada pela Financeira e manteve o despacho decisorio que não homologou a compensação de crédito por pagamento indevido de COFINS em janeiro de 2013. O crédito é comprovado pela declaração DACON e pelos registros contábeis. O jurídico da Financeira entende que é possível reverter a situação e, assim, interpor Recurso Voluntário perante a Receita Federal. O montante atualizado do débito compensado e não homologado é de R\$ 132 (R\$ 126 em 31 de dezembro de 2023). O escritório jurídico, contratado pela Financeira, entende que não se trata de obrigação legal, portanto, os processos foram classificados correlatamente nos respectivos códigos e possuem risco de perda possível. 17 Depósitos e demais instrumentos financeiros - a. Recursos de aceites cambiais Foram contratados no país, sendo remunerados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, entre 100% e 140% do DI (entre 110 e 200% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). Alguns títulos são emitidos com liquidez e os demais sem liquidez. Considerando que todos os investidores que possuem títulos com liquidez resgatasse suas aplicações nos três primeiros meses do primeiro semestre de 2025 os fluxos de caixa ficariam conforme demonstrado no primeiro quadro abaixo. De total das captações, 74,56% são com partes relacionadas (69,59% em 31 de dezembro de 2023). a.1. Composição por vencimento dos recursos de aceites cambiais

Table with 2 columns: 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Até 3 meses, De 4 a 12 meses, Acima de 12 meses, Total.

Recursos de aceites cambiais Total

Table with 2 columns: 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Até 3 meses, De 4 a 12 meses, Acima de 12 meses, Total.

Recursos de aceites cambiais Total

a.2. Reconhecimento de despesas de operações de depósitos e demais instrumentos financeiros

Table with 2 columns: 2024 and 2023. Rows include 2º Semestre, Exercício.

Recursos de aceites cambiais Fundo Garantidor de Crédito Total

18 Transações com partes relacionadas - Principais saldos e resultados de transações com partes relacionadas As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes e referem-se basicamente a captações, cujos prazos de vencimento e taxas de remuneração estão apresentados na nota explicativa 17, e os saldos são assim resumidos:

Table with 2 columns: 2024 and 2023. Rows include Ativo, Receita, Exercício, Passivo, Despesa, Exercício.

19 Patrimônio líquido - a. Capital social - O capital social, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País, é de R\$ 54.359 (R\$ 54.359 em 31 de dezembro de 2023), representado por 54.359.021 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e nove mil e vinte uma) ações nominativas sem valor nominal. As ações estão distribuídas da seguinte forma:

Table with 3 columns: Nº de ações, Valor em R\$, Participação. Rows include Orlando Otto Kaesemodel Filho, Orlando Otto Kaesemodel Neto, Guilherme Slaviero Kaesemodel, Total.

As ações com direito a voto, juros sobre o capital próprio e dividendos estão distribuídas da seguinte forma:

Table with 4 columns: Nº de ações, Ações com usufruto, Ações com direito a voto, Participação com direito a voto. Rows include Acionistas, Orlando Otto Kaesemodel Filho, Orlando Otto Kaesemodel Neto, Guilherme Slaviero Kaesemodel, Total.

b. Reserva legal Conforme determina o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados. No exercício, a Financeira constituiu a reserva legal no montante de R\$ 1.900 (R\$ 1.178 no exercício de 2023). c. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme política de distribuição de dividendos, o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida é lançado na rubrica de reserva de lucro, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, consoante com a Resolução CMN nº 4.872 de 27 de novembro de 2020. A Resolução CMN nº 4.820, de 29 de maio de 2020, vedou a distribuição de dividendos do exercício de 2020 e, assim, a Financeira deixou de distribuir o montante de R\$ 13.944 do lucro de 2020 que está aguardando definição do Banco Central do Brasil. Em ata da assembleia geral extraordinária, de 31 de janeiro de 2024, foi aprovada a distribuição do restante do lucro de 2023 no montante de R\$ 16.496 e o pagamento do montante de R\$ 17.014 (R\$ 0,31 por ação), que ocorreu em 1º de fevereiro de 2024. Em 16 de dezembro de 2024, foi pago o montante de R\$ 5.389 (R\$ 0,099 por ação) a título de juros sobre o patrimônio líquido do exercício de 2024 e, em 19 de dezembro de 2024, foi aprovado em Ata de Reunião da Diretoria. Em 31 de dezembro de 2024, complementando os 25% do dividendo obrigatório, foram distribuídos R\$ 4.509 de dividendos do exercício de 2024. 20 Recita de prestação de serviços No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, o saldo de receita com prestação de serviços é representado principalmente por tarifa de cadastro em operações de crédito nos montantes de R\$ 2.896 e 5.706 respectivamente (R\$ 5.724

em 31 de dezembro de 2023). 21 Despesas de Pessoal

Table with 2 columns: 2024 and 2023. Rows include 2º Semestre, Exercício. Rows include Proventos, Benefícios, Encargos sociais, Pró-labore, Participação nos lucros e resultados, Indenizações, Provisão para férias e 13º salário, Treinamentos, Total.

22 Despesas administrativas

Table with 2 columns: 2024 and 2023. Rows include 2º Semestre, Exercício. Rows include Técnicos especializados, Serviços de terceiros, Serasa/Associação Comercial, Serviços dos sistemas financeiros, Processamento de dados, Outros, Locação de imóveis, Comunicação, Manutenção e conservação, Despesas com viagens, Consumo de energia elétrica e água, Propaganda e publicidade, Total.

23 Despesas tributárias

Table with 2 columns: 2024 and 2023. Rows include 2º Semestre, Exercício. Rows include COFINS, PIS, ISS, Outras, Total.

24 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

Table with 2 columns: 2024 and 2023. Rows include 2º Semestre, Exercício. Rows include Impostos correntes, Imposto de renda, Contribuição social, Total.

Impostos diferidos: Imposto de renda, Contribuição social, Total.

Total de imposto de Renda e Contribuição Social

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

Table with 2 columns: 2024 and 2023. Rows include 2º Semestre, Exercício. Rows include Resultado antes do IRPJ e CSLL, Despesa de IRPJ e CSLL a alíquota teórica (40%), (Ajustes) exclusões permanentes: Juros sobre o capital próprio, Outras adições permanentes, Outras exclusões permanentes, Imposto de Renda e CSLL ajustados pelas diferenças permanentes, Incentivos fiscais (doações/patrocínio/PAT), Total.

25 Instrumentos financeiros derivativos

A Financeira não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação ou patrimoniais que se destinam a atender às necessidades próprias de liquidez durante os exercícios em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. 26 Gerenciamento de risco A Financeira possui estrutura de gerenciamento de riscos compatível com a natureza de suas operações e produtos, com o seu porte e o seu modelo de negócio, capacitada a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços especializados, cujas classes principais compreendem: risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez, risco social, risco ambiental, risco climático e demais riscos a que esteja exposta de maneira relevante. Adicionalmente, possui uma estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a adequação do capital para fazer face aos riscos acima mencionados, inerentes à sua atividade, operações e negócios. Até fevereiro de 2019, a Financeira estava enquadrada no segmento 4 (S4). Em março de 2019, a Financeira optou pelo enquadramento no segmento 5 (S5) já que se enquadrava nos requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.006, de 19 de outubro de 2017. O Relatório de Gerenciamento de Risco e de Capital está disponível no endereço eletrônico http://www.credipar.com.br/site/informacoes.aspx. Risco Operacional Define-se risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Na definição acima, incluem-se, também, o risco legal, associado a eventual inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, possíveis sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Financeira. Entre os eventos de risco operacional incluem-se: • Fraudes internas; • Fraudes externas; • Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; • Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; • Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; • Situações que acarretam a interrupção das atividades da instituição; • Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); • Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição. Risco de crédito Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo, sem limitar, os custos de recuperação de exposições caracterizados como ativos problemáticos. A Financeira mantém manuais de estratégias e políticas de crédito que estabelecem diretrizes e padrões a serem observados e atendidos no processo de concessão e gestão de crédito. A liberação do crédito é aprovada somente após a análise do Departamento de Crédito, conforme estabelecido na Política de Crédito da instituição. Adicionalmente, o gerenciamento de risco de crédito da instituição é um processo contínuo de controle nas análises desde a concessão de crédito para as operações efetuadas até a sua liquidação. A Financeira dispõe do mapeamento do processo de crédito, com a identificação dos riscos e responsáveis, bem como dos controles-chave mitigatórios e a avaliação de probabilidade e impacto dos riscos via utilização de Matriz de Risco. Não há na Financeira, risco de crédito decorrentes de títulos e valores mobiliários, nem de instrumentos financeiros derivativos, nem tampouco de obrigações financeiras relacionadas a compromissos de crédito ou prestação de garantias financeiras. A Financeira mantém níveis de provisionamento adequados em observância à Resolução CMN nº 2.682 e não aceita níveis de concentração relevante para o risco de crédito por cliente. Risco de Liquidez Define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O gerenciamento de risco de liquidez tem por objetivo acompanhar e controlar os possíveis e diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos, obrigações e dos instrumentos financeiros necessários e utilizados na gestão das operações. A política de gerenciamento de risco e capital estabelecida pela Negresco S/A, tem por objetivo as diretrizes, governança e responsabilidades a serem observadas no processo de gerenciamento dos riscos de liquidez e capital, de forma a possibilitar a adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos a que a adequação do capital para fazer face às obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras inerentes e próprias das operações e negócios. Risco Social Define-se o risco social como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição, ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum, como por exemplos: assédio, discriminação, preconceito, trabalho em condições análogas à escravidão, exploração irregular do trabalho infantil, não observância da legislação trabalhista e previdenciária, incluindo saúde e segurança do trabalho, tratamento irregular de dados pessoais. Risco Ambiental O risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição, ocasionadas por eventos

associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais. Risco Climático Define-se o risco climático, em seus vertentes de risco de transição e de risco físico, como: a) risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e b) risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a interrupções frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos. A Financeira no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias de suas atividades, estabeleceu critérios e mecanismos de avaliação e formalização de suas operações, para minimizar e evitar qualquer situação, ocorrência ou evento com potenciais perdas para a instituição, decorrentes de riscos sociais, ambientais e climáticos. A Financeira adota e preserva o respeito, a proteção e a promoção de direitos e garantias fundamentais e de interesse comum, está presente na sociedade honrando seus compromissos, respeitando seus funcionários, os organismos reguladores e governamentais, e a comunidade em que está inserida. Os princípios e diretrizes que norteiam as ações de natureza social, ambiental e climática, nos negócios e nas relações com partes interessadas, estão definidos na "Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática", estabelecida, aprovada e implementada pela Financeira, em consonância com as diretrizes disciplinadas na Resolução CMN nº 4.945/2021. 27 Patrimônio de referência exigido A instituição optante pela metodologia simplificada de que trata a Resolução CMN 4.806, de 19 de outubro de 2017, deve manter, permanentemente, montante de PR, em valor superior ao requerimento mínimo exigido, que desde maio de 2022 é de 17%. Requerimento mínimo de PR, conforme artigo 12 da Resolução CMN 4.606/2017

Table with 2 columns: 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Patrimônio de referência (PR...), RWA, RWA, RWA, PR mínimo exigido (d x 17%), Suficiência (insuficiência) de capital (a - e).

Índice de Basileia BACEN (a / d) 36,86% 37,98% Razão mínima (Basileia / Bacen) 17% 17%

28 Implementação das novas práticas contábeis determinadas nas Resoluções CMN nº 4.968/2021 e BCB nº 352/2023 A adoção das novas práticas contábeis, em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.968/2021 e BCB nº 352/2023 e alterações posteriores, visa estabelecer conceitos e critérios aplicáveis aos instrumentos financeiros e definir as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN. A divulgação das informações sobre a metodologia adotada e os impactos na implementação das novas práticas contábeis, aquelas produzidas em 31/12/2024, visa destacar as premissas adotadas relativas à Classificação dos Instrumentos Financeiros, Taxa de Juros Efetiva, Teste de Somente Pagamento de Principal e Juros (SPPJ) e Provisões Associadas ao Risco de Crédito, conforme procedimentos a seguir a serem adotados a partir de 1º de janeiro de 2025: Classificação de Instrumentos Financeiros - Os critérios adotados para essa classificação se basearam no modelo de negócio definido pela Alta Administração, considerando as características dos fluxos de caixa contratuais e a identificação, específica, se estes atendem ao critério de "Somente Pagamento de Principal e Juros". Nessas condições os instrumentos financeiros serão classificados em três categorias: I. Custo Amortizado (CA). Ativos financeiros gerados para recebimento de fluxos de caixa contratuais, consistindo somente em pagamentos de principal e juros (SPPJ), nele incluídas as operações de crédito, o Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA). Ativos financeiros gerados para recebimento de fluxos de caixa e venda, desde que atendam ao critério SPPJ. Atualmente, a Financeira não possui operações nesta categoria; e III. Valor Justo no Resultado (VJR). Ativos financeiros cujos fluxos de caixa não atendem ao critério SPPJ ou são gerados para venda. Atualmente, a Financeira não possui operações nesta categoria. Teste de Somente Pagamento de Principal e Juros (SPPJ) - Na aplicação do teste SPPJ foram observados se os fluxos de caixa contratuais consistiriam somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor principal e se as taxas praticadas não apresentavam oscilações substanciais que influenciam nesses fluxos de caixa. Após a aplicação do teste SPPJ, concluiu-se que os fluxos de caixa das operações de crédito e securitização atendem ao critério SPPJ, justificando sua classificação como Custo Amortizado. Para novos produtos, o teste será aplicado no momento da contratação, garantindo a conformidade com as normas regulamentares. Taxa de Juros Efetiva - a taxa de juros efetiva (TJE) será calculada com base no método de juros efetivo, conforme o artigo 15 da Resolução CMN nº 4.966/2021. Para os instrumentos financeiros classificados como Custo Amortizado, estão considerados os custos de transação e eventuais valores recebidos na originação ou aquisição dos ativos e optou-se pela metodologia diferenciada, apropriando receitas e despesas de forma proporcional às receitas contratuais. Provisões Associadas ao Risco de Crédito - A Financeira adotou a metodologia simplificada para o cálculo das perdas esperadas dos instrumentos financeiros, conforme o artigo 50 da Resolução CMN nº 4.966/2021. As perdas estão estimadas com base nas análises de probabilidade de inadimplência do devedor, percentual da exposição não recuperável e valor exposto no momento da inadimplência, cujas classificações obedecem a metodologia e percentuais definidas na Resolução BCB nº 352/2023. Ativos Problemáticos - são considerados aqueles com atraso superior a 90 dias ou indicativos de que o recebimento não será integralmente honrado, observados os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021, relativos ao atraso no pagamento, indicadores qualitativos das operações e das reestruturações. Renegociação e Reestruturações das operações de crédito são realizadas com o objetivo de mitigar perdas e preservar o relacionamento com o cliente e são consideradas as mudanças nas condições contratuais e a intenção de evitar a perda da operação e a consequente transferência para o prejuízo. Impactos Tributários - A Lei 14.617/2022 trouxe alterações na dedução fiscal de perdas incobráveis nas operações com características de concessão de crédito. Para a apuração do Lucro Real e da base de cálculo do CSLL e os respectivos impactos, foram considerados o alongamento da dedução, a mensuração de créditos históricos baixados a prejuízo, e a avaliação de saldos não deduzidos até 31/12/2024 e a projeção de inadimplência da carteira ativa. A renda deixa de ser apropriada para créditos inadimplidos há mais de 90 dias, considerando a avaliação de ativos problemáticos e os critérios qualitativos e qualitativos. Com relação a Renegociação e Reestruturação anteriormente baixada para prejuízo, a recuperação de créditos é tributada integralmente no momento do evento, independentemente da liquidação financeira. A reestruturação de dívidas seguiu critérios específicos para reconhecimento contábil e fiscal. Impactos Estimados da Adoção das Novas Normas a divulgação das estimativas dos impactos às demonstrações contábeis do exercício de 2024, está demonstrada abaixo, em conformidade com o estabelecido pela nova regulamentação:

Table with 2 columns: 2024 and 2023. Rows include Operações de crédito - setor privado, Efeitos da adoção inicial, Saldo inicial das operações de crédito - setor privado em 01/01/2025, Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 31/12/2024, Saldo inicial da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 01/01/2025, Ativos fiscais diferidos, Efeitos da adoção inicial, Saldo inicial das provisões fiscais diferidas em 01/01/2025, Provisão para perdas esperadas por característica de concessão de crédito em 31/12/2024, Efeitos da adoção inicial, Saldo inicial da provisão para perdas esperadas sem característica de concessão de crédito em 01/01/2025, Fiscais e previdenciárias, Efeitos da adoção inicial, Saldo inicial de fiscais e previdenciárias em 01/01/2025, Patrimônio líquido antes dos ajustes estimados exigidos pela Resolução CMN nº 4.968/2021 em 31/12/2024, Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 31/12/2024, Provisão para perda esperada sem característica de concessão de crédito em 31/12/2024, Ajuste entre 60 e 90 dias em 31/12/2024, Renda total em 31/12/2023, Patrimônio líquido após os ajustes em 01/01/2025.

Operações de crédito - setor privado 324.177 Efeitos da adoção inicial 339 Saldo inicial das operações de crédito - setor privado em 01/01/2025 324.516 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (88.144) Saldo inicial da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 01/01/2025 (20.872) Ativos fiscais diferidos 11.209 Efeitos da adoção inicial 2.264 Saldo inicial das provisões fiscais diferidas em 01/01/2025 19.473 Provisão para perdas esperadas por característica de concessão de crédito (150) Efeitos da adoção inicial 11 Saldo inicial da provisão para perdas esperadas sem característica de concessão de crédito em 01/01/2025 (139) Fiscais e previdenciárias 17.468 Efeitos da adoção inicial 145 Saldo inicial de fiscais e previdenciárias em 01/01/2025 17.613 Patrimônio líquido antes dos ajustes estimados exigidos pela Resolução CMN nº 4.968/2021 em 31/12/2024 (12.403) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (12.403) Provisão para perda esperada sem característica de concessão de crédito 6 Ajuste entre 60 e 90 dias 184 Renda total em 31/12/2023 (12.203) (12.203) Patrimônio líquido após os ajustes em 01/01/2025 94.455

Diretoria Orlando Otto Kaesemodel Filho - Presidente Orlando Otto Kaesemodel Neto - Vice-Presidente Antonio João Beal - Diretor Administrativo e Financeiro João Carlos Pereira - Diretor de Contabilidade, Gerenciamento de Riscos, Capital e Conformidade Sergio Shoji Yamamoto - Diretor de Recursos de Terceiros Contador responsável José Gilberto Beal - Contador CRC (PR) 035187/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e Investimento ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos Valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram anterior-

mente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 21 de março de 2024, sem modificação. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A Administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangendo o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório é, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha ne-

nha alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossa obrigação não obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira. Avaliamos a adequação das políticas



Hash validação: 6521a88dc81cda2a4b8227f5c8701f7423225748b455915dc6001db6b44a22ef, em acordo com MP 2.200-2/01

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



DELOITTE TOUCHE TOMHATSU Auditores Independentes LTDA CRC Nº 2 SP 011609/0-8 FTR João Paulo Steifeld Passos Contador CRC Nº 1 PR 053072/O-7

Documento final gerado em 31/03/2025 07:19:02

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>
Identificador de validação: 6521a88dc81cda2a4b8227f5c8701f7423225748b455915dc6001db6b44a22ef



Assinatura

Assinado em: 31/03/2025 07:19:12

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 0845ef617b9051d6b84fb0ed536525cb



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.118.239, 172.31.23.184	-25.4278167,-49.2385438	Curitiba	82530-230	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 134.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.

